

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coord.: José Reis
Um trabalho coletivo do CES

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coord.: José Reis
Um trabalho coletivo do CES



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sã
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013



PROGRAMA OPERACIONAL COMERCIO E INOVAÇÃO



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coordenador

José Reis

Editor

Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

Revisão Científica

Ana Cordeiro Santos, António Sousa Ribeiro, Carlos Fortuna, João Rodrigues, José Castro Caldas, José Reis, Pedro Hespanha, Vítor Neves

Revisão Linguística

Ana Sofia Veloso, Alina Timóteo

Design e Paginação

André Queda

Julho, 2020

Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UIDB/50012/2020.

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade dos/das seus/suas autores/autoras.

ISBN

978-989-8847-25-6

PARTICIPAÇÃO CÍVICA

Giovanni Allegretti

Entre as atividades paralisadas pelo surto de COVID-19 contam-se muitos processos de participação cívica. Portugal, na última década, entrou no mapa mundial da participação institucionalizada, sendo um dos poucos países a contar centenas de orçamentos participativos locais, mas também experiências promovidas pelo governo central. Por outro lado, existe ainda uma Rede de Autarquias Participativas (RAP) que incentiva a aprendizagem mútua de processos inovadores centrados no diálogo social. Enquanto estas experiências permaneceram em *standby*, emergiram formas de ativismo espontâneo que conquistaram as redes sociais digitais, as varandas e as ruas. A suspensão resultante da pandemia levanta quatro questões interligadas: 1) o risco de a vaga de processos de participação institucionalizados não conseguir retomar a sua dinâmica e de a perda de um dos seus ciclos anuais levar ao fim de muitas dessas experiências; 2) a escolha dos melhores instrumentos para as relançar e atualizar o diálogo entre instituições e comunidades; 3) a renovação das metodologias de participação e dos próprios temas em discussão; 4) as experiências que possam servir de guia nesta “retoma atualizada” dos processos participativos.

Com o fim do estado de emergência terminou a fase de “obediência” e torna-se necessário construir ambientes de responsabilização coletiva para valorizar o capital social comum na reconstrução de um “novo normal”. Para se evitar a paralisia das formas de participação “por convite”, é necessário reiniciar rapidamente um diálogo entre cidadãos e administrações, refundando a participação em duas vertentes: a metodológica e a substantiva.

Metodologicamente, a solução está nas formas híbridas que juntem pequenos grupos de discussão e um maior uso das tecnologias que permitam conectar e harmonizar os espaços de microdeliberação. É preciso recuperar

o contacto físico que a COVID-19 suspendeu, por medo das grandes aglomerações. As “frias” tecnologias e a encenação digital já invadiram demasiado as nossas vidas para não gerarem rejeição. Um equilibrado compromisso de corpos em diálogo com as devidas distâncias de segurança pode trazer soluções duradouras. É também necessário ultrapassar os processos fragmentados por níveis administrativos, criando percursos participativos interescalas, onde o pensamento produzido pelos cidadãos possa ser canalizado para soluções imediatas em diferentes níveis das políticas públicas.

A pandemia tornou-nos mais ambiciosos em relação à substância dos debates: queremos ajudar a reestruturar o estado de bem-estar destruído por décadas de políticas neoliberais, reduzir as novas desigualdades e exclusões e repensar conceitos e padrões de qualidade de vida (tais como o espaço público e a habitação como lugar multifuncional de convivência entre diferentes exigências). A participação cívica no “novo normal” precisa de investimentos públicos para funcionar, de ser moldada em torno de formas de ativismo lúdico e solidário – que se multiplicaram durante o *lockdown* – e de ser atrativa e divertida, para responder a uma grande diversidade de necessidades que a política e a tecnocracia têm dificuldade até em imaginar.

Há exemplos a seguir. Na Galiza, jovens arquitetos ajudam famílias na remodelação de casas, em França, autarcas negociaram com o Presidente da República a criação de painéis de cidadãos para acompanharem a reconstrução do dia a dia e, na Itália, vários municípios fazem *co-design* dos novos processos participativos com cidadãos. Sem esquecer que cidades como Seattle ou Prato já apostaram no diálogo cívico durante a pandemia, demonstrando o quanto as soluções inovadoras podem trazer benefícios às comunidades.